

# Provas especialmente destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do Ensino Superior dos Maiores de 23 Anos

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ano Letivo 2021/2022

Provas Específicas de História

14 de maio de 2021

Duração da prova: 2 horas.

Responda apenas a um dos grupos seguintes.

Doc. I

## I

«Alexandre, Bispo, servo dos servos de Deus. Ao nosso muito amado filho em Cristo Afonso, Rei dos Portugueses, e a seus descendentes, para perpétua memória.

É sabido por evidentes sucessos que, como bom filho e príncipe católico, tendes feito vários serviços à Sacrossanta Igreja vossa Mãe, destruindo valorosamente os inimigos do nome cristão, dilatando a fé católica por muitos trabalhos da guerra e empresas militares, deixando um nome memorável, e um exemplo digno de os futuros o imitarem.

É bem que a Sé Apostólica ame com sincera afeição e trate de ouvir com eficácia as justas petições daqueles a quem a liberalidade do Céu elegeu para governo e amparo do povo.

Pelo que, respeitando nós a vossa pessoa, ornada de prudência, dotada de justiça e apta para o governo do povo, a recebemos sob a protecção do Bem-Aventurado S. Pedro e nossa, e concedemos e confirmamos, com apostólica autoridade, a vossa grandeza o Reino de Portugal com inteira honra e dignidade de Reino que pertence aos Reis, e mais todos os lugares que com auxílio da graça celeste ganhades aos Sarracenos, que não pertençam aos príncipes cristãos circunvizinhos.

Mas, para que vos movais a maior devoção e serviço do Bem-Aventurado S. Pedro, Príncipe dos Apóstolos e da Sacrossanta Igreja Romana, determinamos também conceder estas mesmas coisas aos vossos ditos herdeiros, e os defenderemos sobre este respeito, querendo Deus, com todos os poderes do nosso Ofício Apostólico (...).

«Bula do Papa Alexandre III a El-Rei D. Afonso Henriques, da confirmação do Reino»  
(Bula *Manifestis Probatum* – 1179; transcrição segundo o texto apresentado pelo Doutor José

Joaquim Lopes Praça em *Collecção de Leis e Subsídios para o Estudo do Direito Constitucional Portuguez*, Vol. I, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1893, pp. 12-13, com ligeiríssimas adaptações)

Partindo do excerto transcrito supra, pronuncie-se, de forma circunstanciada e reflexiva, sobre o processo de independência política e de consolidação de fronteiras do Reino de Portugal, inserindo-o no contexto da Reconquista Cristã. (20 val.)

Doc. II

## II

### «AVISO

*Para o marquez Estribeiro mór fazer marchar para Lisboa os regimentos de Cascaes, e Setubal, para acudir a catastrophe desta côrte causada pelo terremoto de 1755.*

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

S. m. é servido ordenar, que logo que v. ex.<sup>a</sup> receber este, com a maior brevidade faça marchar para esta côrte os regimentos das praças de Cascaes, Peniche, e Setubal; para que com a sua assistencia se possa acudir á urgente necessidade, em que se acha esta côrte, caso de se não acharem na mesma consternação aquellas praças (o que Deus não permitta), porque em tal caso mandará v. ex.<sup>a</sup> sómente marchar ametade de cada um dos referidos regimentos: e havendo barracas nas mesmas praças, as mandará v. ex.<sup>a</sup> conduzir com brevidade. Belém, a 2 de novembro de 1755.

*Sebastião José de Carvalho e Mello.»*

*(Cartas e outras obras selectas do Marquez de Pombal, Tomo II, 5.<sup>a</sup> ed., Typographia de Costa Sanches, Lisboa, 1861, pp. 51-52)*

Com base no texto que antecede, proceda a uma análise crítica da acção governativa do Marquês de Pombal, salientando as notas fundamentais por que se caracterizou o seu longo consulado político. (20 val.)